

dossiê

Conflitos no campo brasileiro: uma análise geográfica a partir dos dados da Comissão Pastoral da Terra – CPT

Conflictos en el campo brasileño: un análisis geográfico basado en los datos de la Comisión Pastoral de la Tierra – CPT

Conflicts in the Brazilian countryside: a geographical analysis based on Pastoral Land Commission – CPT data

Paulo Alentejano¹

¹Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: paulinhochinelo@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0630-8164>.

Lucas Siqueira²

²Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: lucassiqueira.fpp@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-5490-5782>

Roberta Lines³

³Rede Pública de Maricá, Maricá, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: roberta_lines@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3121-7432>.

Emilly Fegalo Pires Matos⁴

⁴Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: ekfegalo@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6368-9915>.

Submetido em 31/10/2024

Aceito em 18/12/2024

Como citar este trabalho

ALENTEJANO, Paulo; SIQUEIRA, Lucas; LINES, Roberta; MATOS, Emilly Fegalo Pires. Conflitos no campo brasileiro: uma análise geográfica a partir dos dados da Comissão Pastoral da Terra – CPT. *InSURgênciA: revista de direitos e movimentos sociais*, Brasília, v. 11, n. 1, p. 185-213, jan./jun. 2025.

inSURgênciA



InSURgênciA: revista de direitos e movimentos sociais

v. 11 | n. 1 | jan./jun. 2025 | Brasília | PPGDH/UnB | IPDMS | ISSN 2447-6684

Dossiê realizado em colaboração com os projetos de extensão **NAJUP Luiza Mahin, OBUNTU e OFUNGO**



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons 4.0.

Este trabajo es licenciado bajo una Licencia Creative Commons 4.0.

This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0.

Conflitos no campo brasileiro: uma análise geográfica a partir dos dados da Comissão Pastoral da Terra – CPT

Resumo

Este artigo analisa os conflitos no campo brasileiro com base em dados organizados e publicizados pela Comissão Pastoral da Terra no período 1985-2023. Buscamos desenvolver uma análise geográfica dos conflitos pela terra e pela água ao longo do período, destacando também as ações dos movimentos sociais do campo. Do ponto de vista metodológico, nos apoiamos no materialismo histórico e dialético. A análise aponta para a conformação de dois padrões de conflitividade, um no qual prevalecem os processos expropriatórios comandados pelo capital; e outro no qual a luta pela terra se materializa na conquista de assentamentos rurais, demarcação de terras indígenas e reconhecimento de territórios quilombolas. Assim, concluímos que a violência no campo é resultado da expansão do latifúndio/agronegócio e não da ação dos movimentos sociais como pregam as elites brasileiras.

Palavras-chave

Conflitos pela terra. Conflitos pela água. Movimentos sociais do campo.

Resumen

Este artículo analiza los conflictos en el campo brasileño a partir de datos organizados y publicados por la Comisión Pastoral de la Tierra en el período 1985-2023. Buscamos desarrollar un análisis geográfico de los conflictos por la tierra y el agua a lo largo del período, destacando también las acciones de los movimientos sociales en el campo. Desde un punto de vista metodológico, nos basamos en el materialismo histórico y dialéctico. El análisis apunta a la formación de dos patrones de conflicto, uno en el que prevalecen los procesos de expropiación comandados por el capital; y otro en el que la lucha por la tierra se materializa en la conquista de asentamientos rurales, demarcación de tierras indígenas y reconocimiento de territorios quilombolas. Por lo tanto, concluimos que la violencia en el campo es el resultado de la expansión de los grandes latifundios/agroindustrias y no de la acción de los movimientos sociales como predicen las élites brasileñas.

Palabras-clave

Conflictos por la tierra. Conflictos por el agua. Movimientos sociales en el campo.

Abstract

This article analyzes conflicts in the Brazilian countryside based on data organized and published by the Pastoral Land Commission for the period 1985-2023. We seek to develop a geographical analysis of conflicts over land and water throughout the period, also highlighting the actions of social movements in the countryside. In methodological terms, we rely on historical and dialectical materialism. The analysis points to the formation of two patterns of conflict, one in which expropriation processes commanded by capital prevail; and another in which the struggle for land materializes in the conquest of rural settlements, demarcation of indigenous lands and recognition of quilombola territory. Thus, we conclude that violence in the countryside is the result of the expansion of latifundium/agribusiness and not the action of social movements as preached by Brazilian elites.

Keywords

Land conflicts. Water conflicts. Social movements in the countryside.

Introdução

Fundada em 1975 por bispos, padres e agentes pastorais que atuavam em defesa das populações do campo brasileiro assoladas pela violência, desde 1985 a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registra sistematicamente os conflitos pela terra no Brasil e disponibiliza tais informações para a sociedade brasileira. Trata-se de uma ação que revela o compromisso da CPT com os pobres do campo, vítimas da sanha histórica do latifúndio no seu intuito de monopolizar as terras, explorar o trabalho, e devastar a natureza. A relevância de tal ação é inestimável, pois como não existem dados oficiais sobre a violência no campo brasileiro, os registros da CPT são a única fonte disponível para compreensão desta problemática tão relevante.

Neste texto, analisamos os conflitos no campo brasileiro tomando por base os dados disponibilizados pela CPT para o período 1985-2023. Não temos a pretensão de esgotar a imensidão de dados registrados pela CPT e reunidos hoje pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno (Cedoc/CPT). Buscaremos a partir de alguns dados oferecer uma interpretação geográfica dos conflitos no campo brasileiro.

Para tanto, este texto está organizado em quatro partes, além desta Introdução. Uma primeira parte que explica quais serão os dados selecionados para a análise e quais as características de registro dos mesmos pela CPT. Uma segunda parte onde apresentamos a fundamentação teórico-metodológica que orienta nossa leitura dos conflitos no campo brasileiro. Uma terceira parte que traz os dados selecionados e os analisa. Uma quarta parte na qual são apontadas as principais conclusões a que podemos chegar a partir da análise de quase 40 anos de conflitos no campo no Brasil.

1 Os dados da CPT e suas características

Desde 1985 a CPT publica o documento *Conflitos no Campo Brasil* também conhecido como *Caderno de Conflitos da CPT*. Originalmente este documento continha basicamente o registro dos conflitos ocorridos no campo brasileiro no ano anterior, com esporádicas contribuições de pesquisadores e pesquisadoras convidados/as, predominando análises feitas pelos próprios redatores do Caderno ou de agentes pastorais. A partir das edições deste século, além dos dados sobre conflitos, passaram a ser publicados mais sistematicamente, textos de pesquisadores e pesquisadoras convidados/as que analisam aspectos gerais ou

específicos dos conflitos no campo brasileiro. Para registrar os conflitos e organizar sua publicação, a CPT criou um setor de documentação.

A partir de 2013, o setor passou a se denominar Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno. Este Centro atua em estrito cumprimento às normas e procedimentos estabelecidos para o tratamento e organização de documentos, tendo a sua atuação pautada não só pela mera organização documental, mas pela análise crítica e aprofundada desse material, no intuito de organizar o registro da luta e a história dos movimentos sociais do campo. (disponível em <https://www.cptnacional.org.br/cedoc> - acessado em 29.08.2024)

Atualmente os documentos geridos pelo Cedoc/CPT estão organizados no Fundo Comissão Pastoral da Terra, segundo as normas da arquivologia, subdividido em três subfundos:

- O Subfundo Conflitos no Campo contém mais de 310.000 páginas de documentos digitalizados, referentes a mais de 25.000 conflitos registrados no banco de dados da CPT. São documentos elaborados pela CPT, entidades e movimentos parceiros (denominados fontes primárias), ou de jornais e revistas (denominados fontes secundárias).
- O Subfundo Temático, com mais de 110.000 páginas de documentos digitalizados, contém textos que contribuem à compreensão da complexidade do campo brasileiro. São documentos elaborados pela CPT, entidades e movimentos parceiros ou de jornais e revistas.
- O Subfundo Institucional contém mais de 5.000 documentos produzidos pelas instâncias nacionais da CPT. (disponível em <https://www.cptnacional.org.br/cedoc> - acessado em 29.08.2024)

Como evidenciado acima, o Cedoc/CPT possui sob sua guarda uma enormidade de informações sobre os conflitos no campo brasileiro. Neste texto, nos limitamos a utilizar uma pequena parcela destas informações, os dados sobre conflitos pela terra e pela água.

Segundo a definição metodológica da CPT, conflitos pela terra são

ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso aos recursos naturais, tais como: seringais, babaçuais ou castanhais, dentre outros (que garantam o direito ao extrativismo), quando envolvem posseiros, assentados, quilombolas, geraizeiros, indígenas, pequenos arrendatários, camponeses, sem-terra, seringueiros, camponeses de fundo e fecho de pasto, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, faxinalenses etc. (CPT, 2024, p. 12)

Portanto, na categoria conflitos pela terra, a CPT registra tanto a violência cometida contra os povos do campo, como as ações dos movimentos sociais do campo, como ocupações/retomadas e acampamentos. A diferença entre ocupações/retomadas e acampamentos é definida assim pela CPT:

Ocupações são ações coletivas das famílias sem terra que, por meio da entrada em imóveis rurais, reivindicam terras que não cumprem a função social. Acampamentos são espaços de luta e formação, fruto de ações coletivas, localizados no campo ou na cidade, onde as famílias sem terra organizadas, reivindicam assentamentos (CPT, 2009).

Já a distinção entre retomadas e ocupações remete à diferença entre os sujeitos dessa ação, pois ambas envolvem a ocupação de latifúndios ou outras áreas disputadas pelos movimentos sociais do campo, porém, os indígenas e os quilombolas as denominam retomadas, a partir do princípio de que sendo terras a que tinham direito originariamente, essa ação implica uma retomada do controle destas terras.

Já os conflitos pela água são

ações de resistência, em geral coletivas, que visam garantir o uso e a preservação das águas; contra a apropriação privada dos recursos hídricos, contra a cobrança do uso da água no campo, e de luta contra a construção de barragens e açudes. Este último envolve os atingidos por barragem, que lutam pelo seu território, do qual são expropriados. Envolve ainda a luta dos povos e comunidades frente à mineração (CPT, 2024, p. 12-13).

Antes de analisar esses conflitos, apontamos no item seguinte as bases teórico-metodológicas que orientam nossa análise.

2 Os fundamentos de uma análise geográfica dos conflitos no campo brasileiro

A análise geográfica acerca dos conflitos no campo brasileiro que empreendemos neste texto está referenciada no materialismo histórico e dialético enquanto método que possibilita a análise crítica da realidade, fundada no princípio de que o real é síntese de múltiplas determinações e que o conhecimento é socialmente referenciado. (Marx, 1989). Do ponto de vista da Geografia, significa compreender o espaço geográfico como produto da ação contraditória de múltiplos sujeitos, o capital, o Estado, os movimentos sociais, as comunidades tradicionais que se confrontam com suas distintas territorialidades e projetos de sociedade. Mais especificamente no que tange ao espaço agrário implica identificar os conflitos gerados pelo avanço do capital sobre a terra e demais bens naturais, através do agronegócio, hidronegócio, mineronegócio e dos negócios climáticos desenvolvidos a partir da perspectiva do capitalismo verde (energia solar e eólica, captura de carbono, etc.).

Consideramos que o cenário no Brasil atual aponta para uma nova rodada expropriatória (Aguiar; Bastos, 2012; Bartra, 2015; Fontes, 2010), através da qual o

capitalismo em crise visa, através de processos espoliativos (Harvey, 2004), recuperar fôlego. Na trilha de Karl Marx (1989) e Rosa Luxemburgo (1984) trata-se de compreender a atualidade dos processos de acumulação violentos e predatórios que não estão apenas na pré-história do capitalismo, mas se atualizam constantemente renovando a própria possibilidade de acumulação ampliada do capital.

No campo brasileiro este processo se dá sob a hegemonia do agronegócio, compreendido como a articulação da grande propriedade fundiária com o grande capital transnacional, com forte sustentação estatal, conforme Delgado (2010 e 2012) e amparo ideológico da mídia (Alentejano; Egger, 2021).

E a expansão do agronegócio se dá com a permanente incorporação de novas terras, uma das bases da acumulação do capital no setor, uma vez que é condição fundamental para a dinâmica do agronegócio, ampliando o domínio territorial e abrindo novas fronteiras através da “acumulação por espoliação” (Harvey, 2004), processo violento de apropriação e expropriação dos recursos naturais, terras e territórios que imprime nos territórios padrões de conflito expressos em sistemáticos despejos, cessão irregular de terras, cerceamento de acessos públicos, cercamento de terras de uso coletivo, impedimento de acesso à água, captação em escala industrial dos recursos hídricos, desmatamentos, entre outros conflitos.

Nesta perspectiva, áreas de preservação ambiental, terras indígenas, quilombolas, de assentamentos rurais e de uso comum são obstáculos a serem removidos, visando ampliar a oferta de terras no mercado que vive momento de intenso aquecimento, derivado do crescimento da demanda internacional por commodities agrícolas e do crescente interesse de grupos estrangeiros na aquisição de terras no Brasil. Este aquecimento, que vinha se dando desde o início dos anos 2000, se intensifica a partir da crise econômica-alimentar-energética-ambiental de 2007/2008, que desencadeia um forte crescimento de investimentos em terras, seja para investir na produção de alimentos e agrocombustíveis, cujos preços se elevaram, seja pela terra ser vista em períodos de crise como uma reserva de valor. (Alentejano, 2020, p. 366).

Assim, processos históricos como a concentração fundiária, a expansão da monocultura, a prioridade conferida à agroexportação, a superexploração do trabalho, a devastação ambiental e a violência são exacerbadas (Alentejano, 2020a), reforçando a inserção subordinada do país na divisão internacional do trabalho e bloqueando a superação de sua condição dependente e periférica (Fernandes, 1976; Marini, 2012).

Tal processo se acentua com a financeirização e o rentismo que cada vez mais caracterizam o capitalismo contemporâneo (Paulani, 2016) e que transformam a terra e demais bens naturais cada vez mais em ativos financeiros (Rubio, 2014; Sassen, 2013; Knuth, 2015).

Essa dinâmica, por sua vez, foi reforçada nos anos 2000 pelo consenso das commodities (Svampa, 2013) e o neoextrativismo (Gudynas, 2015) que reforçaram ainda mais a inserção subordinada da América Latina na divisão internacional de trabalho. Moreira (2018), por sua vez, a partir do conceito de ciclos espaciais da acumulação chama atenção para a força da dinâmica do complexo grãos-carnes e a avassaladora expansão capitalista em direção à fronteira amazônica, precedida pelas queimadas e pelo desmatamento.

Na contramão deste processo, movimentos sociais do campo, indígenas e quilombolas buscam resistir à barbárie, construir laços de solidariedade e buscar formas de preservar as condições mínimas de sobrevivência enquanto almejam uma virada na conjuntura que favoreça suas lutas (Medeiros, 2020) e a construção da democracia e da justiça social no país (Carter, 2010). Porto-Gonçalves destacou as múltiplas formas de r-existência que os movimentos sociais do campo constroem em seu cotidiano, na Amazônia, no Cerrado e na Caatinga, em contraposição ao avanço do capital sobre as terras e as águas. (Porto-Gonçalves, 2008; 2016).

2.1 A noção de conflito como chave conceitual e metodológica

Para além das questões apontadas acima, faz-se necessário apontar qual a noção de conflito que baliza a elaboração deste artigo. Para isto, nos apoiamos em larga medida nas reflexões feitas a este respeito por Carlos Walter Porto-Gonçalves, em especial em texto publicado no ano de 2004.

Compreendemos o conflito como contradição em estado prático, isto é, consideramos que numa sociedade composta por classes e grupos sociais que estão em estado permanente de contradição, vez por outra eclodem conflitos que expressam concretamente estas contradições. Assim, o conflito é parte constitutiva da sociedade, não uma anomalia, como o concebe uma perspectiva positivista e/ou funcionalista da sociedade.

Reivindicamos aqui uma matriz de pensamento que se origina em Marx que vê a sociedade como composta por classes sociais antagônicas, portadoras de interesses distintos, portanto, essencialmente contraditória. Entretanto, tais contradições

permanecem muitas vezes em estado latente, não se manifestando concretamente a todo instante. É o conflito que, ao eclodir num dado tempo e espaço, desvela tais contradições. Portanto, o conflito tem uma temporalidade e uma espacialidade explícita, uma vez que, como nos lembra Porto-Gonçalves (2004, p. 142), “não existe sociedade a-geográfica assim como não existe espaço geográfico a-histórico. Assim como todo o espaço geográfico está impregnado de historicidade, a história está, sempre, impregnada de geograficidade”.

Entretanto, o mesmo Porto-Gonçalves aponta haver uma certa tendência no pensamento crítico de enfatizar a dimensão temporal na análise dos processos sociais, daí sua ênfase na necessidade de considerarmos a dimensão da espacialidade:

devemos considerar com mais atenção o lugar e o espaço (em suas diferentes escalas – local, regional, nacional, global) onde ocorre um determinado conflito, ali onde uma determinada luta social põe frente a frente dois ou mais protagonistas sociais (Porto-Gonçalves, 2004, p. 145)

Assim, do ponto de vista metodológico, este artigo trabalha articuladamente as dimensões temporais e espaciais na identificação dos conflitos. Todo conflito tem uma data e local de eclosão, daí a importância de mapeá-los, mas também de periodizá-los. De oferecer uma interpretação que leve em consideração o espaço e o tempo.

O mapeamento e a periodização dos conflitos nos remetem a um conceito complementar que é o de conflitividade. Como aponta Ramos (2003: 5), enquanto “o conflito é a manifestação concreta, empírica, das contradições em ato, a conflitividade nos remeteria às suas condições de possibilidade...”.

As análises desenvolvidas neste artigo, acerca dos conflitos, entrecruzando tempo e espaço, permitirão que apontemos a existência de padrões de conflitividade no campo brasileiro nas últimas quatro décadas, pois

As mudanças que transcorrem nas relações sociais e de poder têm nos conflitos sociais sua expressão privilegiada e, por meio deles, novas (co)relações de forças se instauram configurando novos padrões de conflitividade... (Ramos, 2003, p. 5)

No item seguinte apresentamos alguns dados sobre os conflitos no campo brasileiro e uma breve análise dos mesmos.

3 Uma análise geográfica dos conflitos no campo brasileiro

Conforme apontado acima, vamos nos deter neste artigo em duas facetas dos conflitos no campo brasileiro, os conflitos por terra e água.

3.1 Os conflitos por terra no Brasil

Para analisar os dados dos conflitos por terra no Brasil entre os anos de 1985 e 2023, foram elaborados quatro gráficos representando o número de ocorrências por ano, os tipos de conflito e sua distribuição espacial¹.

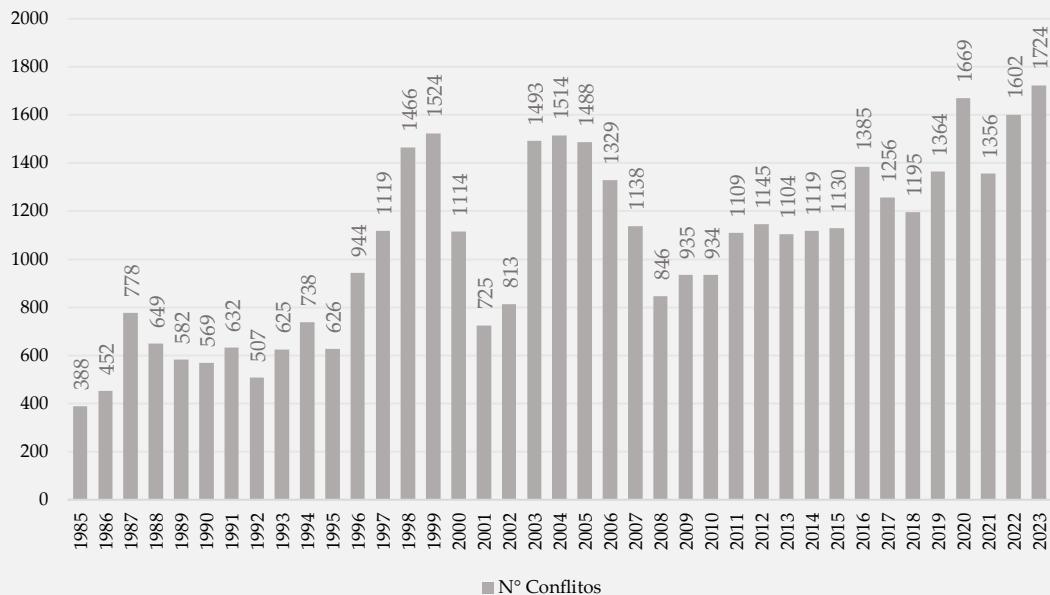
O gráfico 1 apresenta a evolução histórica do número de ocorrências de conflitos por terra no Brasil entre os anos de 1985 e 2023. Ao observar o gráfico, é possível perceber que há uma tendência de forte aumento no número de conflitos ao longo dos anos. Em 1985, primeiro ano de análise, foram contabilizados 388 conflitos por terra no Brasil e em 2023, último ano de análise, houve 1.724 ocorrências de conflito por terra, o que demonstra um aumento significativo no número de conflitos por terra ao longo dos anos de análise. No entanto, esse aumento não foi constante pois apresentou algumas quedas no número de ocorrências, muitas vezes bruscas, em vários momentos ao longo do período.

Observando o gráfico 1, podemos perceber que os menores números de ocorrências de conflitos por terra em todos os anos de análise foram registrados em 1985 e 1986, com, respectivamente, 388 e 452 ocorrências. Apesar de oscilarem para mais e para menos ao longo dos anos seguintes, as ocorrências mantiveram-se abaixo das 800 até 1985. Em 1996, o número de ocorrências chegou a 944 e a partir daí até o ano 2000, foram registradas mais de 1.000 ocorrências por ano. O pico desse período foi no ano de 1999, com 1.524 ocorrências. De acordo com Pinto (2024, p. 105), esse aumento pode ser explicado pela intensa ação dos movimentos sociais de luta pela terra, principalmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Nos anos de 1998 e 1999, fim do primeiro e início do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, em torno de 36% das ocorrências, por

¹ Para proceder à análise da espacialidade dos conflitos, optamos por uma regionalização já adotada anteriormente por Alentejano, Leite e Porto-Gonçalves (2013) na análise dos conflitos no campo, baseada em três regiões: Amazônia, Nordeste e Centro-Sul. Nesta regionalização a Amazônia é composta por nove estados (AC, AM, AP, MA, MT, PA, RO, RR e TO), o Nordeste por oito estados (AL, BA, CE, PB, PE, PI, RN, SE) e o Centro-Sul por 9 unidades da federação (DF, ES, GO, MS, PR, RJ, RS, SC, SP).

exemplo, são de ocupações, com mais de 600 ocupações em cada ano (analisaremos as razões de tal crescimento mais adiante neste texto).

Gráfico 1 – Conflitos por Terra – Evolução histórica – Brasil - 1985/2023



Fonte: CPT. Organização dos Autores.

Nos anos 2001 e 2002 foram registradas entre 700 e 1.000 ocorrências por ano, indicando uma queda nos conflitos, a qual está diretamente relacionada com o refluxo das ocupações de terra, sob intensa repressão pelo governo FHC, como analisaremos adiante.

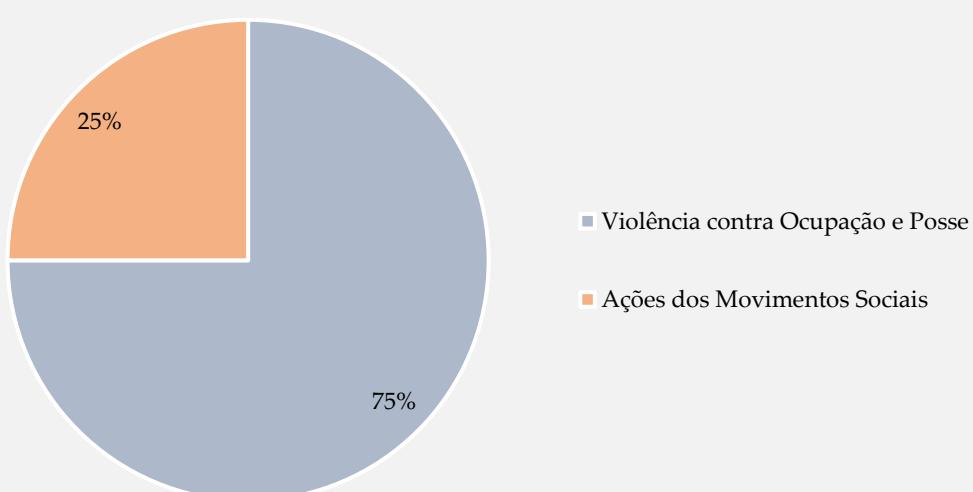
A partir de 2003 até o ano de 2007, o número de ocorrências voltou a crescer e atingir mais de 1.000 ocorrências por ano, com pico de 1.514 ocorrências no ano de 2004. Conforme Pinto (2024, p. 106), entre 2003 e 2007, período que compõe os quatro anos do primeiro governo Lula e o primeiro do seu segundo mandato, os números de acampamentos e ocupações continuaram percentualmente altos no total de ocorrências, em torno de 30% a cada ano. Esses números indicam que havia uma intensidade maior na luta pela conquista de novas áreas para a reforma agrária.

De 2008 a 2010 foi registrada uma nova queda no número de ocorrências - ficando entre 800 e 1.000 ocorrências por ano - e a partir de 2011 os números voltaram a ultrapassar as 1.000 ocorrências por ano, mantendo-se entre 1.100 e 1.200 ocorrências até 2015. De 2015 (1.130 ocorrências) para 2016 (1.385 ocorrências) há um grande crescimento das ocorrências, no rastro do golpe jurídico-parlamentar-midiático que derrubou a presidente Dilma Rousseff.

Desde então, o número de ocorrências só foi inferior a 1.200 no ano de 2018, mesmo assim, com 1.195 ocorrências, apenas 5 a menos que o patamar de 1.200 ocorrências. Vale destacar o ano de 2020, em plena pandemia com 1.669 ocorrências, um aumento de 305 ocorrências frente ao ano anterior. De 2020 para 2021 houve um novo declínio no número de ocorrências e de 2021 até 2023 o número de ocorrências voltou a crescer atingindo o maior número já registrado em toda a série histórica em 2023, com 1.724 ocorrências. Destaque-se que de 2019 até 2023 foram registradas mais de 1.300 ocorrências por ano.

O gráfico 2 apresenta o tipo de conflitos por terra no Brasil no período de análise (1985-2023). Subdividimos os tipos em violência contra ocupação e a posse, isto é, ações dos poderes público e privado contra trabalhadores/as e povos do campo e ações dos movimentos sociais na luta contra os setores sociais hegemônicos no campo brasileiro. As ações de violência contra ocupação e a posse representam 75% do número de ocorrências no período e as ações dos movimentos sociais representam 25% do número total de ocorrências no período. Esse gráfico evidencia o fato de que, historicamente, as ações de violência contra ocupação e posse, principalmente as perpetradas pelo Estado, por fazendeiros e empresários, sempre foram maiores que as ações de resistências dos movimentos sociais do campo, o que contraria o argumento muito propagado pelas mídias brasileiras de que a violência que ocorre no campo é uma resposta às ações dos movimentos sociais, quando na verdade, essa violência é muito maior e anterior às ações de resistência dos movimentos sociais do campo.

Gráfico 2 – Conflitos por terra - Natureza das Ações – Percentual – Brasil -
1985/2023



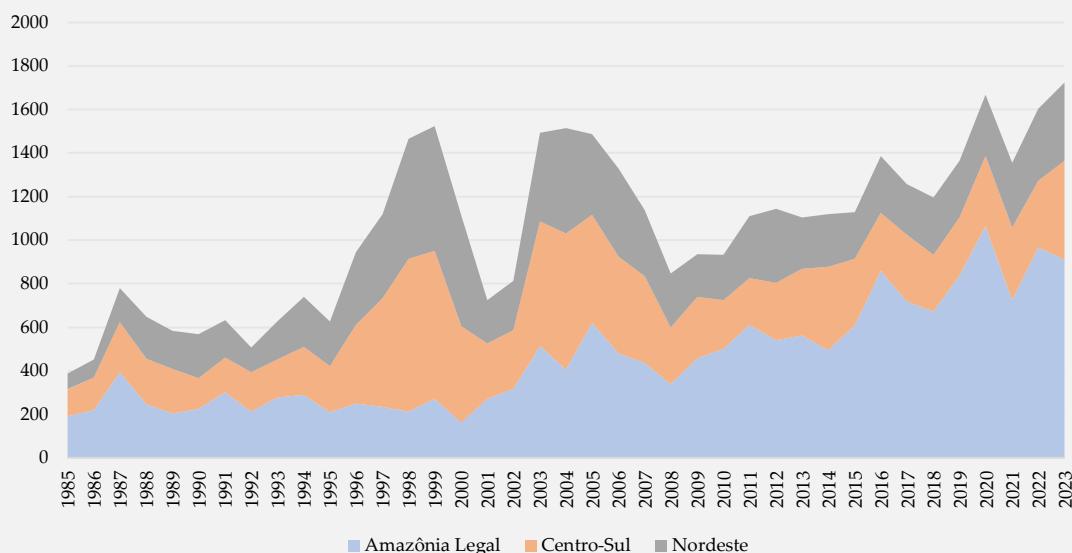
Fonte: CPT. Organização dos Autores.

Conforme analisado por Pinto (2024, p. 106), os números de violência contra ocupação e posse vêm aumentando desde 2009 e se intensificando desde 2016. Já as ações de resistência diminuíram paulatinamente nesse mesmo período, com uma queda abrupta de 181 ocorrências de ações dos movimentos sociais em 2018 para 52 ocorrências de ações dos movimentos sociais em 2019 e com leve aumento a partir de 2021. Sobre o aumento das violências e a diminuição das ações de resistência, Pinto (2024) afirma que:

Esta composição de aumentos das violências e diminuição das ações de resistência retrata como o agronegócio avança sobre as comunidades do campo após a reconfiguração das forças econômicas e políticas ocorrida em 2016. O controle institucional ainda maior do Estado conseguido com o governo Temer pavimentou o caminho para que o agronegócio agisse sem freios durante o governo Bolsonaro, fortalecendo o discurso de que é a principal força econômica do país, e que fora do Agro não há nada, pois – nessa visão totalitária – o Agro é Tudo. Por outro lado, os movimentos sociais e as comunidades do campo diminuíram as ações de resistência características das últimas décadas, que visavam sobretudo à conquista de novas terras para a reforma agrária. O motivo apontado foi o contexto sócio-político desfavorável após o impeachment/golpe. Um dos resultados dessa configuração dos conflitos no campo – para além do fortalecimento do fascismo e de mais uma tentativa de golpe em 2023 – foi a intensificação da concentração de renda por parte da elite brasileira (Pinto, 2024, p. 106).

O gráfico 3 apresenta o número de ocorrências de conflitos por terra por regiões. O gráfico demonstra que o número de conflitos por terra foi se intensificando de maneira considerável ao longo dos anos em todas as três regiões apresentadas. Os maiores números de conflitos por terra foram registrados na Amazônia e desde 2003 essa região vem apresentando números em patamares extremamente elevados (acima de 500 ocorrências na maior parte dos anos e quase chegando a 1.000 ocorrências nos dois últimos anos de análise - 965 ocorrências em 2022 e 911 ocorrências em 2023). A região Centro-Sul apresentou menos de 250 ocorrências de conflitos por terra até 1995 e a partir de 1996, os números ultrapassaram as 250 ocorrências na maioria dos anos de análise, atingindo o ápice de 700 conflitos em 1998. Na região Nordeste, os conflitos por terra se intensificaram principalmente a partir de 1996 até os anos 2000, apresentando um momento de queda nos anos 2001 e 2002 e voltando a se elevar a partir de 2003, mantendo-se em patamares elevados até o último ano de análise (2023, com 359 conflitos). O maior número de conflitos por terra registrado na região Nordeste foi no ano de 1999 (574 conflitos).

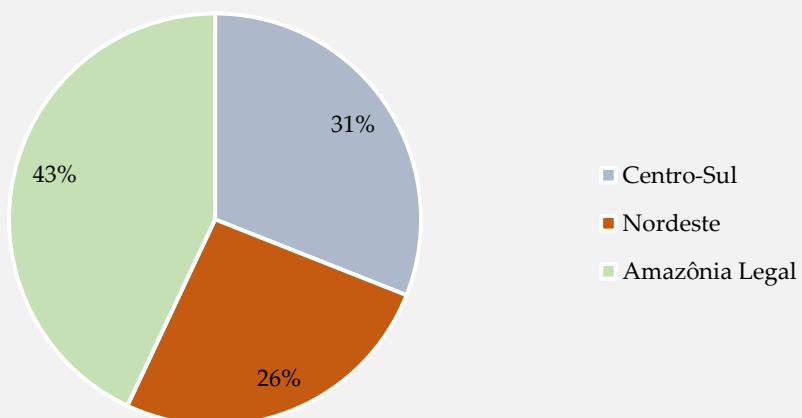
Gráfico 3 – Conflitos por terra - Ocorrências por ano e regiões – Brasil - 1985/2023



Fonte: CPT. Organização dos Autores.

O gráfico 4 apresenta o percentual dos conflitos por terra por região, no período de 1985 a 2023. Através do gráfico, pode-se observar que a Amazônia concentra 43% dos conflitos por terra registrados no período de análise. A região Centro-Sul representa 31% do total dos conflitos e a região Nordeste possui 26% do número total de ocorrências de conflitos por terra no país. O gráfico demonstra que o maior número de ocorrências de conflitos foi registrado principalmente na Amazônia, mas as regiões Centro-Sul e Nordeste também apresentam proporções significativas dos conflitos. Faz-se importante destacar que a Amazônia concentra os conflitos que envolvem violência contra ocupação e posse e o Centro-Sul concentra as ações dos movimentos sociais.

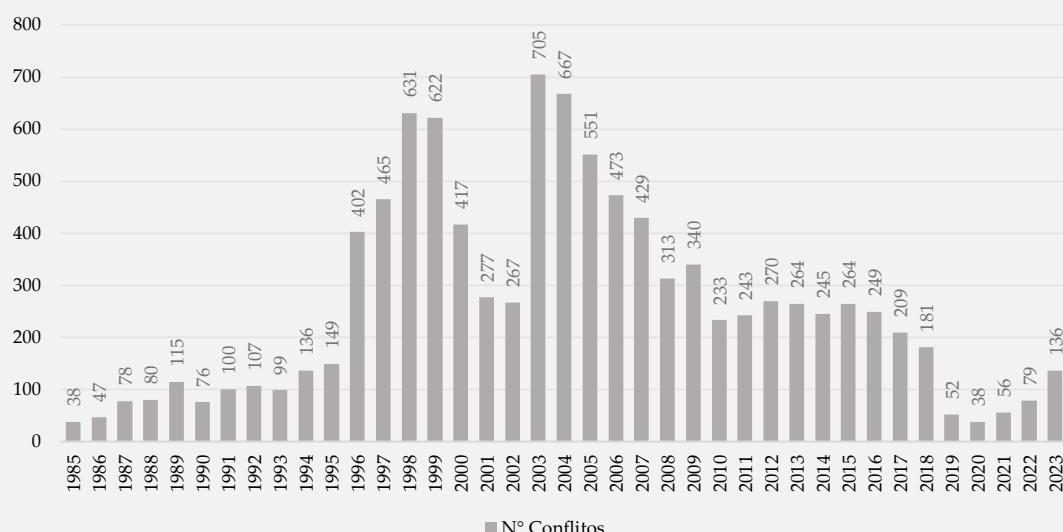
Gráfico 4 – Conflitos por terra – Percentual por regiões – Brasil - 1985/2023



Fonte: CPT. Organização dos Autores.

Destacaremos agora em nossa análise dos conflitos por terra no Brasil as ações dos movimentos sociais, com base nos dados de ocupações/retomadas de terra e acampamentos. Para isso tomaremos por base, quatro gráficos, sobre a evolução histórica de tais ações, o tipo de ação e a distribuição espacial destas.

Gráfico 5 - Ações dos Movimentos Sociais – Evolução histórica – Brasil - 1985-2023



Fonte: CPT. Organização dos Autores.

O gráfico 5 apresenta a evolução histórica das ações dos movimentos sociais, que consiste no somatório dos números de ocorrências de ocupações/retomadas, de 1985 a 2023, e acampamentos, de 2000 a 2023, que equivale a 10.103 ações.

No primeiro ano, 1985, foram registradas 38 ações dos movimentos sociais no Brasil, já no último ano, 2023, houve 136 ações, o que constata um aumento insignificante entre esses dois anos. Porém, podemos notar que o período entre 1996 e 2007 (com exceção de 2001 e 2002) foi aquele em que os movimentos sociais mais atuaram em todo território brasileiro.

Ao observar o gráfico, podemos perceber que de 1985 a 1995 o número de ocorrências cresce de forma moderada, com algumas quedas sutis em certos anos, mantendo-se sempre abaixo do patamar de 200 ações. Podemos ressaltar o crescimento das ocorrências no período de 1987 a 1989, num contexto político de enfrentamento, pela marcante atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), criado em 1984, que coloca as ocupações de terra como tática fundamental da luta pela reforma agrária, o que é contraposto pela reação dos latifundiários, que constituíram a União Democrática Ruralista (UDR), em 1985, para se opor a esta luta. O contexto em tela era o do debate acerca da possibilidade

concreta de realização da reforma agrária, no âmbito da Constituinte de 1988 e das eleições, agora diretas, para a presidência da República em 1989. Nos anos que se seguiram, percebemos uma redução das ações dos movimentos, pois o Partido dos Trabalhadores (PT) – que se firmou como a principal força política de esquerda e que tinha no MST um forte aliado – foi derrotado na eleição de 1989 e a mobilização, por parte da bancada ruralista no Congresso Constituinte, barrou a realização de uma ampla reforma agrária no país (Alentejano, 2004).

A partir de 1994, observamos um aumento progressivo no número dessas ações, que se expressa de maneira mais contundente em 1996, quando pela primeira vez ultrapassa o patamar das 200 ocorrências, pois a aprovação da Lei Agrária viabilizou a retomada do processo de desapropriação de terras para fins de reforma agrária, ainda que limitado às grandes propriedades improdutivas. Animados por esta perspectiva, os movimentos intensificaram suas ações, de tal forma que entre 1996 e 1999 o número de ocorrências manteve-se acima de 400, chegando a 631 ocorrências em 1998. Tal crescimento também foi impulsionado por dois episódios trágicos ocorridos nos anos de 1995 e 1996, os massacres de Corumbiara e Eldorado dos Carajás que pressionaram o governo FHC a ampliar as desapropriações de terra.

O ano 2000, registra 417 ocorrências, marcando um declínio substancial de tais ações, mantendo-se esta queda até 2002, com 267 ocorrências. Um dos motivos que pode nos ajudar a compreender esse novo cenário agrário brasileiro foi a Medida Provisória, 2.27/2000, editada pelo governo FHC, que criminalizou as ocupações de terra, reduzindo significativamente o número destas. Por outro lado, os movimentos sociais do campo responderam intensificando a criação de acampamentos (Canuto, 2009).

Em 2003, foram registradas 705 ocorrências de ações dos movimentos sociais. Não é coincidência que esse fosse o ano que teve o maior número de registros de todo o período 1985-2023, dado o novo cenário político brasileiro posto na época. Pois, com a chegada de Lula à presidência, os movimentos sociais tomam fôlego acreditando que medidas fossem tomadas para, de fato, a consolidação da reforma agrária, dados os laços históricos que ligavam o PT aos movimentos sociais do campo, em especial o MST. Nos anos seguintes, de 2004 a 2007, embora com uma queda em relação a 2003, o número se manteve elevado, sempre superando as 400 ocorrências anuais. Porém, a partir de 2008 reduz-se substancialmente, chegando a 233 ocorrências registradas em 2010.

No período de 2010 a 2015, são registradas entre 233 e 270 ocorrências, com o número de ocorrências se mantendo relativamente estável, com leves oscilações,

mas já num patamar inferior aos momentos de pico, situado agora entre 200 e 300 ocorrências anuais.

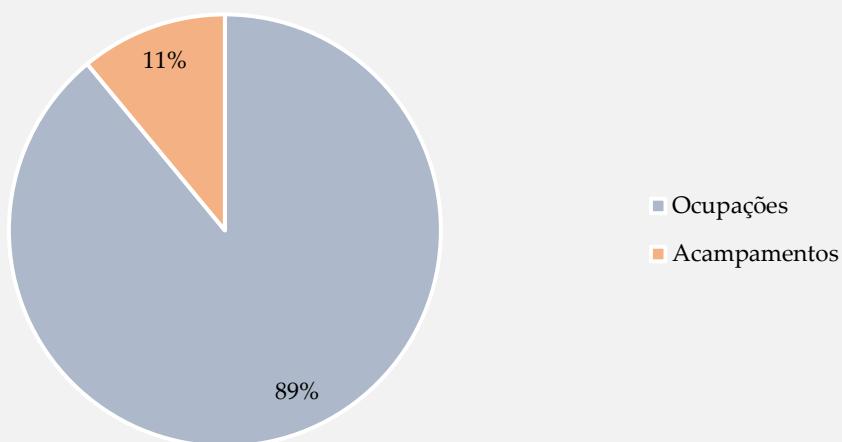
A partir de 2015 inicia-se um movimento de queda, no bojo do golpe jurídico-parlamentar-midiático que derrubou Dilma Rousseff. Este movimento de queda acentua-se a partir de 2019 (com 52 ocorrências), com a chegada de Bolsonaro à presidência do país. Durante os quatro anos do governo da extrema direita os movimentos reduziram suas ações de enfrentamento direto buscando preservar a vida de seus militantes ameaçados pela virulência dos ataques do governo e do agronegócio. Vale lembrar que a UDR foi ressuscitada politicamente e um de seus mais truculentos líderes, alçado ao posto de responsável pela política fundiária do país. Esse período pode ser equiparado aos números registrados nos anos iniciais da série histórica.

Desde o golpe de 2015, intensificou-se o cenário de contrarreforma agrária e impulsionamento da hegemonia do agronegócio, além da mineração e projetos energéticos no campo brasileiro, que se iniciou na década de 2010 (Alentejano *et al.*, 2024).

Em 2023, com a volta do PT à presidência do Brasil, foram registradas 136 ações dos movimentos sociais, 57 ocorrências a mais em relação ao ano anterior, mas ainda em patamares reduzidos se comparado aos períodos anteriores de pico destas ações. Isto pode indicar uma tendência de retomada da maior intensidade das ações dos movimentos sociais do campo, mas as condições para enfrentamento das forças hegemônicas no campo seguem adversas, pois as ações de violência seguem em alta.

O gráfico 6 apresenta o tipo de ação dos movimentos sociais, que consiste no percentual dos números de ocorrências de ocupações/retomadas, de 1985 a 2023, e o percentual dos números de ocorrências de acampamentos, de 2000 a 2023. Os acampamentos só começam a ser registrados de forma mais sistemática pela CPT, a partir dos anos 2000, quando, diante da criminalização das ocupações pelo governo FHC, os movimentos passam a lançar mão de forma mais frequente da realização de acampamentos de beiras de estradas ou praças como forma de manter a mobilização e driblar os obstáculos legais. Por isso a diferença de escala temporal entre os dois tipos de ações.

Gráfico 6 – Tipo de Ação dos Movimentos Sociais – Percentual – Brasil - 1985/2023



Fonte: CPT. Organização dos Autores.

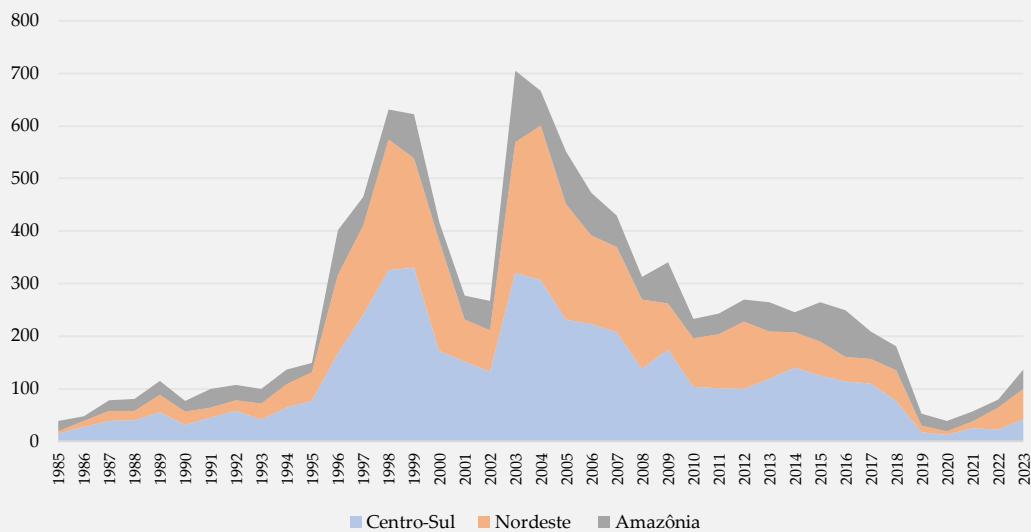
Nota-se que, o percentual de ocupações/retomadas representa 89% do total de ações dos movimentos sociais, pois, desde os anos 1980 as ocupações são a principal tática de luta pela terra dos movimentos sociais, já os acampamentos representam, apenas, 11%.

O gráfico 7 apresenta a série histórica das ações dos movimentos sociais por região. Ao observarmos o gráfico, podemos perceber que a região com maior número de ocorrências é o Centro-Sul, com total de 4.711 registros. Essa região lidera com maior valor absoluto, praticamente, em todos os anos. Podemos destacar os anos de 1998, 1999, 2003 e 2004, nos quais as ocorrências foram superiores a 300. Essa região assume protagonismo durante toda a série histórica, mesmo nos anos em que figura como a segunda região com maior ocorrência (2000, 2011, 2012, 2019, 2020, 2022 e 2023), pois a diferença de ocorrências é mínima e nunca foi a região com menor número de ocorrências.

A segunda região que teve mais ocorrências foi o Nordeste, contabilizando 3.565 registros. No primeiro ano de registro, o Nordeste teve o menor número de ocorrências em relação a todos os anos e a todas as regiões, com apenas 4 ocorrências. Durante os anos seguintes o Nordeste figurou várias vezes como a região com menor número de ocorrências, mas a partir de 1993 se firmou como a região com o segundo maior número de ocorrências e em 2000, 2011, 2012, 2022 e 2023 o Nordeste foi a região com maior número de ocorrências. Somente entre 2015 e 2017 e 2019 e 2021 voltou a figurar como a região com menor número de conflitos.

Por fim, vem a região da Amazônia, com apenas 1.827 conflitos. Somente em 1985, 2019 e 2020, a Amazônia foi a região com maior número de ocorrências. Na maior parte dos anos do período 1985-2023 a Amazônia foi a região com menor número de ações dos movimentos.

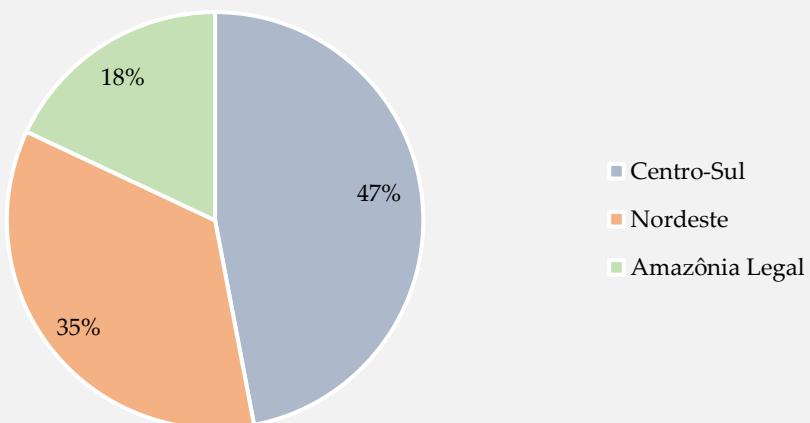
Gráfico 7 – Ações dos Movimentos Sociais - Ocorrências por ano e regiões – Brasil - 1985/2023



Fonte: CPT. Organização dos Autores.

O gráfico 8 apresenta o somatório das ações dos movimentos sociais por região. Nota-se que, a Região com maior percentual das ações é no Centro-Sul, com 47%, logo após, vem o Nordeste com 35% das ocorrências registradas e por fim, a Amazônia com 18%.

Gráfico 8 – Ação dos Movimentos Sociais – Percentual por regiões – Brasil - 1985/2023



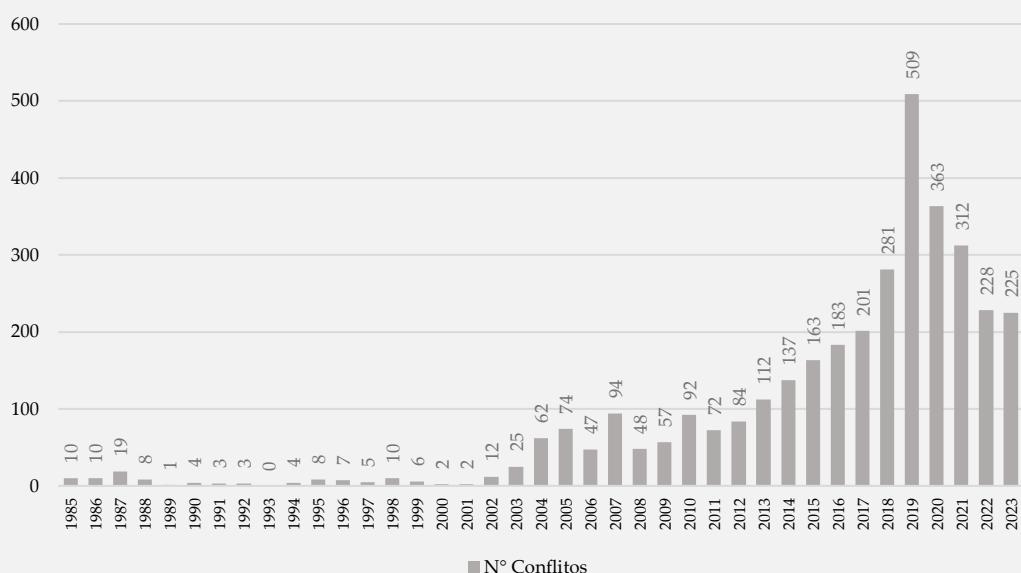
Fonte: CPT. Organização dos Autores.

Essa diferença deve-se principalmente à maior presença e organização do MST, principal movimento de luta pela terra no país, nas duas primeiras regiões. Três estados amazônicos são os únicos onde o MST não se organizou até os dias de hoje: Acre, Amapá e Amazonas. Mas além disso, sua presença em Roraima é muito recente e débil. Por outro lado, são fortes as raízes históricas do MST no Centro-Sul e foi significativa a sua expansão para o Nordeste, em especial a partir de meados dos anos 1990. Segundo Fernandes (2000), até 1985 o MST se estruturou em cinco estados: MS, PR, RS, SC e SP, todos no Centro-Sul. De 1985 a 1990 se expandiu para as cinco demais UFs do Centro-Sul (DF, ES, MG, GO e RJ) e para o Nordeste (AL, BA, CE, PB, PE, PI, RN, SE), além de dois estados amazônicos (MA e RO). Somente nos anos 1990 estendeu sua atuação a outros estados da Amazônia (MT, PA e TO) e nos anos 2010 chegou a RR. É emblemático também que a fundação do MST tenha se dado em Cascavel no Paraná e seu primeiro congresso em Curitiba e que todos os demais congressos tenham sido realizados em Brasília, refletindo a expansão do MST para outras regiões e seu caráter cada vez mais nacional.

3.2 Os conflitos pela água no Brasil

Por fim, nesta seção, analisaremos os conflitos pela água no Brasil. Para a análise dos conflitos pela água utilizaremos três gráficos, que apresentam a evolução histórica destes conflitos e sua distribuição espacial.

Gráfico 9 – Conflitos pela Água – Evolução histórica – Brasil - 1985-2023



Fonte: CPT. Organização dos Autores.

O gráfico 9 representa a quantidade de conflitos pela água por ano no campo brasileiro entre os anos de 1985 e 2023, um somatório total de 3.483 conflitos contabilizados pela Comissão Pastoral da Terra. Como o gráfico evidencia, os conflitos pela água começam a aumentar a partir dos anos 2000 e isso se deve ao fato da CPT iniciar os registros de conflitos pela água de forma sistemática e destacada na publicação *Conflitos no Campo Brasil* de 2002. Porém, isso não quer dizer que anteriormente não ocorressem conflitos pela água, mas que os registros da CPT não davam devida ênfase a este tipo de conflito, que antes era incluído em “Outros Conflitos”. A partir dos anos 2000, com a intensificação deste tipo de conflito, a CPT diagnosticou a importância de passar a registrar separadamente tais informações. Interessante notar que a CPT faz uma autocritica em relação à possível imprecisão destes registros:

Se não aparece em ocorrências é de se perguntar o porquê. Certamente não são os critérios muito rígidos do Setor de Documentação da CPT. É de nos questionarmos a nós mesmos, agentes da CPT, pelo descuido em identificar e fazer o registro dos casos. Restrita à imprensa escrita, a documentação ficará sempre aquém da realidade (CPT, 2006, p. 110).

Além disso, um outro apontamento que a CPT faz referente às oscilações é que, embora essas estatísticas sejam importantes para a ciência social, os dramas que as pessoas vivem são mais relevantes que os números (CPT, 2006).

Ainda no que se refere ao gráfico 9, três observações são fundamentais: (1) o ano de 2013 é o primeiro da série histórica em que o número de conflitos ultrapassa o patamar das 100 ocorrências, mantendo-se nos anos seguintes entre 100 e 200 ocorrências; (2) durante o governo Bolsonaro foram registrados três dos quatro maiores números de toda a série histórica de conflitos pela água, em 2019, 2020 e 2021, sendo que 2022 só foi superado pelo número de ocorrências do último ano do governo Temer, 2018; ou seja, mais de 70% dos conflitos pela água de toda a série histórica foram registrados após o golpe de 2015/2016; (3) não há como deixar de considerar no caso dos conflitos pela água, os impactos que tiveram os dois maiores desastres/crimes associados a rompimentos de barragens de rejeitos minerais no país: Mariana e Brumadinho ambos em Minas Gerais, ocorridos, respectivamente em 2015 e 2019.

No ano de 2005, época do primeiro governo Lula, o Caderno de Conflitos aponta que mais de 40% dos conflitos foram referentes à construção de barragens e açudes. Além de uma outra grande parte relacionar-se com a deterioração desse bem natural, que é a água (CPT, 2005).

A partir do ano de 2011, os conflitos pela água crescem ano a ano. Além disso, a instabilidade política que se instaura no país a partir de 2013, fez com que a violência no campo ficasse cada vez mais acirrada. Isto se manifesta de forma ainda mais intensa a partir do golpe jurídico-parlamentar-midiático que derrubou a presidente Dilma Rousseff, que teve na bancada ruralista uma de suas bases fundamentais de apoio, fomentando ainda mais a violência no campo brasileiro.

O ano de 2019, primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro, registrou maior pico dos conflitos pela água durante a série histórica, sendo marcado pelo maior crime ambiental já registrado em termos de número de vítimas: no município de Brumadinho, localizado no estado de Minas Gerais, a barragem de rejeitos do Córrego do Feijão, da mineradora Vale rompeu, fazendo centenas de vítimas, além de gerar consequências devastadoras ao meio ambiente.

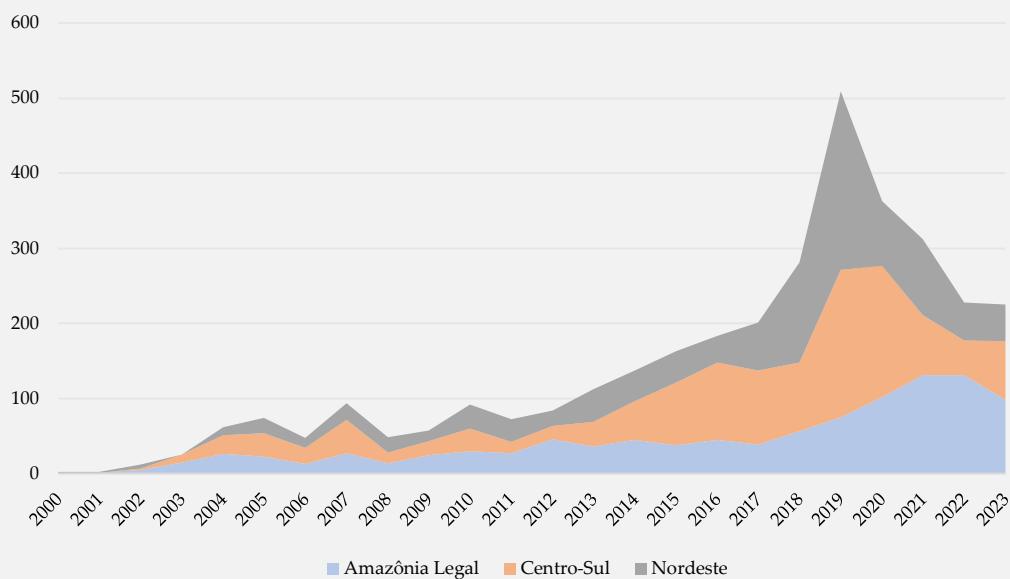
É importante destacar que o desenvolvimento de uma sociedade se dá pela forma como as pessoas produzem e reproduzem sua existência e como essas relações econômicas influenciam a estrutura social, as instituições e as ideias (Marx; Engels, 2007). E é sabido que o ocupante do poder executivo da época sempre desqualificou os movimentos sociais, as populações tradicionais e originárias, que são os verdadeiros responsáveis pela luta e resistência contra a subordinação do Estado aos interesses do agronegócio, do mineronegócio e do hidronegócio.

Embora nos anos após 2019 aconteça uma queda nas ocorrências de conflitos pela água, verifica-se que os patamares continuam elevados, permanecendo superiores aos de todo o período anterior ao golpe de 2015/2016.

Considerando, o exposto acima sobre a característica dos registros da CPT em relação aos conflitos pela água, nos gráficos seguintes optamos por considerar somente os dados a partir dos anos 2000.

A análise do gráfico 10 evidencia um aumento gradativo dos conflitos pela água, tanto no conjunto do país, quanto em cada região, embora com ritmos desiguais. Até 2011 há uma oscilação no número de ocorrências e também na participação de cada região no total de conflitos. Em 2015, observamos um aumento significativo das ocorrências, sobretudo na região Centro-Sul, sendo o ano marcado pelo rompimento da barragem do Fundão, localizada no município de Mariana, que além de tirar a vida de 19 pessoas despejou resíduos com proporções avassaladoras e inestimáveis sobre o Rio Doce e seus afluentes.

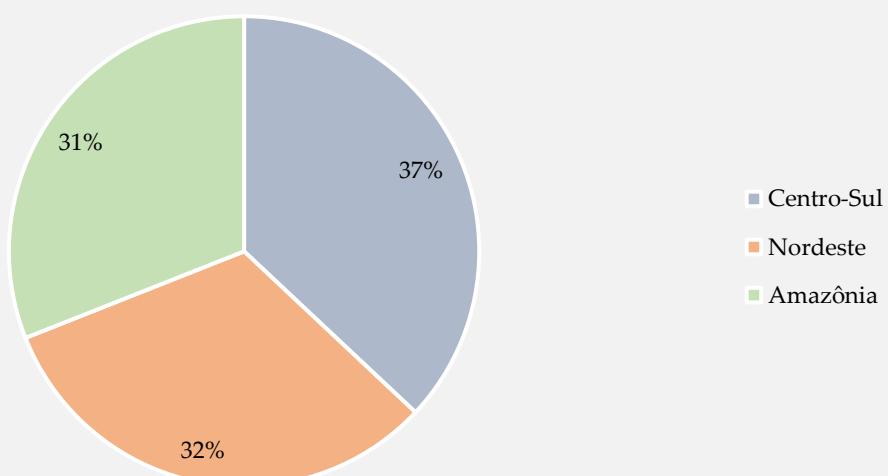
Gráfico 10 – Conflitos pela Água - Ocorrências por ano e regiões – Brasil - 1985/2023



Fonte: CPT. Organização dos Autores.

A região Centro-Sul concentrou a maior parte dos conflitos pela água entre 2014 e 2019, 1.002 conflitos no total, aproximadamente 38,50% dos conflitos foram nesta região. No Nordeste que teve o maior número de conflitos pela água em 2019, 238 conflitos foram registrados na região neste ano, com destaque para os conflitos no oeste baiano, como os verificados em Correntina, além do derramamento de petróleo no litoral brasileiro que atingiu várias praias da região Nordeste. Já a Amazônia passa a ter o maior número de conflitos a partir de 2021, registrando 131 conflitos nos anos de 2021 e 2022 e 98 conflitos no ano de 2023.

Gráfico 11 – Conflitos pela Água – Percentual por regiões – Brasil - 1985/2023



Fonte: CPT. Organização dos Autores.

A transposição do Rio São Francisco, os conflitos que envolvem a seca e a construção de complexos industriais e portuários, como os do Ceará e de Pernambuco e os conflitos no oeste da Bahia, são os principais causadores dos registros de conflitos pela água na região Nordeste, junto com o vazamento de petróleo que atingiu diversas praias da região. Já na região Centro-Sul, foram os megaprojetos de mineração os grandes responsáveis por esses conflitos, como evidenciado acima quando nos referimos aos desastres/crimes de Mariana e Brumadinho. E, na região da Amazônia as grandes obras hídricas, como as Usinas Hidrelétricas de Belo Monte (PA), Jirau e Santo Antônio (RO), (CPT, 2016), além do derramamento de rejeitos no rio Pará no município de Barcarena pela maior empresa do mundo de exploração de bauxita, a empresa norueguesa Hydro Alunorte (CPT, 2018), são considerados os principais responsáveis pelos conflitos pela água na região.

O que todas essas regiões têm em comum são as opções políticas por essas grandes obras hídricas e ou extrativistas, agravando ainda mais os conflitos por esse bem natural. Sendo assim, analisando o gráfico 11, verifica-se que essas regiões possuem números muito próximos no acumulado dos conflitos desde o início do século, provando que os conflitos pela água ocupam praticamente todo o extenso território brasileiro.

Considerações finais

A análise geográfica dos conflitos no campo brasileiro no período 1985-2023, tomando por base os dados de conflitos por terra e pela água, indicam a conformação de dois padrões de conflitividade: (1) um primeiro marcado pelo avanço do capital sobre as terras ocupadas pelos trabalhadores rurais e povos e comunidades tradicionais, expropriando os trabalhadores e incorporando as terras (e a água) à dinâmica da acumulação capitalista, em conformidade com a noção proposta por Marx (1989) de acumulação primitiva e atualizada por diversos autores em debates recentes, como a noção de acumulação por espoliação proposta por Harvey, ou de acumulação primitiva permanente, segundo Bartra; (2) um segundo, caracterizado pelo avanço das lutas pela terra via ocupações/retomadas e acampamentos que arrancam dos governos a criação de assentamentos que dão fôlego à luta contra a dominação do capital, em consonância com as proposições de Rosa Luxemburgo (1984) acerca da recriação do campesinato através da luta pela terra e da migração – neste caso, inclusive cidade–campo.

Os dados apresentados, nos permitem afirmar que o primeiro padrão de conflitividade caracteriza os períodos que vão de 1985 a 1994, de 2000 a 2002 e de

2008 a 2023, quando a violência contra a ocupação e a posse da terra prevalece em larga escala sobre as ocupações/retomadas e acampamentos. Já nos períodos entre 1995 e 1999 e 2003 a 2007 prevalece o segundo padrão de conflitividade, com a redução proporcional da violência contra a ocupação de posse da terra, frente ao crescimento das ocupações/retomadas e acampamentos.

Assim, cai por terra um dos anátemas do pensamento reacionário repetidamente proferido pelas classes dominantes brasileiras de que o MST e outros movimentos sociais do campo são os responsáveis pela violência no campo. Ao contrário, o que os dados mostram é que a violência diminui quando aumenta a mobilização social no campo e cresce quando esta mobilização diminui e o capital nas suas várias facetas – latifúndio/agronegócio, mineronegócio, hidronegócio – avança sobre as terras (e águas) dos povos do campo, intensificando os processos expropriatórios, com as características violentas que os marcam desde que Marx os descreveu no cada vez mais atual Capítulo XXIV do Livro I d'O Capital.

Referências

AGUIAR, João Valente; BASTOS, Nádia. Uma reflexão teórica sobre as relações entre natureza e capitalismo. *Katályses*, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 84-94, jan./jun. 2012.

ALENTEJANO, Paulo. A política agrária do governo Temer: a pá de cal na agonizante reforma agrária brasileira?. *OKARA: Geografia em debate (UFPB)*, v. 12, p. 308-325, 2018.

ALENTEJANO, Paulo. As políticas do governo Bolsonaro para o campo: contrarreforma agrária em marcha acelerada. *Revista da ANPEGE*. v. 16. n. 29, p. 353-392, 2020.

ALENTEJANO, Paulo. A hegemonia do agronegócio e a reconfiguração da luta pela reforma agrária no Brasil. *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, Dossiê "Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência", n. 42, v. 4, p. 251-285, dez. 2020a.

ALENTEJANO, Paulo. Os conflitos pela terra no Brasil: uma breve análise a partir dos dados sobre ocupações e acampamentos. In: *Conflitos no Campo Brasil*. Goiânia: CPT Nacional - Brasil, 2004, p. 112-117.

ALENTEJANO, Paula; EGGER, Daniela. Agronegócio. in DIAS, Alexandre P.; STAUFFER, Anakeila de B.; MOURA, Luiz H. G. de; VARGAS, Maria C. *Dicionário de agroecologia e educação*. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2021.

ALENTEJANO, Paulo; LEITE, Luiza Chuva Ferrari; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Atlas dos conflitos no campo brasileiro*. CPT/GeoAgrária-FFP-UERJ/Lemto-UFF. Goiânia/São Gonçalo/Niterói, 2013.

ALENTEJANO, Paulo; WANDERLEY, Luiz; SANTORO, Karoline; LEÃO, Pedro; RIBEIRO, Amanda; SILVA, Vinicius. Ruptura política e contrarreforma agrária: geografia dos conflitos no campo brasileiro. In: *Conflitos no Campo Brasil 2023*. Goiânia: CPT Nacional, p. 24-36, 2024.

BARTRA, Armando. *Con los pies sobre la tierra: despojo y resistencia en los territorios*. Ciudad de México. UAM/Ithaca, 2015.

CARTER, Miguel. Desigualdade social, democracia e reforma agrária no Brasil. In CARTER, Miguel. (org.) *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

CPT. *Conflitos no Campo Brasil 2004*. Goiânia: CPT Nacional - Brasil, 2004.

CPT. *Conflitos no Campo Brasil 2006*. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2006.

CPT. *Conflitos no Campo Brasil 2008*. Goiânia: CPT Nacional - Brasil, 2009.

CPT. *Conflitos no Campo Brasil 2016*. Goiânia: CPT Nacional - Brasil, 2016.

CPT. *Conflitos no Campo Brasil 2018*. Goiânia: CPT Nacional, 2019.

CPT. *Conflitos no Campo Brasil 2023*. Goiânia: CPT Nacional, 2024.

DELGADO, Guilherme Costa. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. In: CARTER, Miguel. (org.) *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

DELGADO, Guilherme Costa. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo – teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

GUDYNAS, Eduardo. *Extractivismos – ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la naturaleza*. Cochabamba: CEDIB, 2015.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

KNUTH, Sarah. E. Global finance and the land grab: mapping twenty-first century strategies. *Canadian Journal of Development Studies*, v. 36, n. 2, 2015.

- LUXEMBURGO, Rosa. *A Acumulação de Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo, Abril Cultural: 1984.
- MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, 2013.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 1989.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MEDEIROS, Leonilde S. de. Movimentos sociais no governo Bolsonaro. *Revista da ANPEGE*, v. 16, n. 29, p. 490-521, 2020.
- MOREIRA, Ruy. *Mudar para manter exatamente igual*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- PAULANI, Leda Maria. Acumulação e Rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. *Revista de Economia Política*, v. 36, n. 3 (144), p. 514-535, jul.-set. 2016.
- PINTO, Tales dos Santos. *Conflitos por terra e concentração de renda*. In: *Conflitos no Campo Brasil 2023*. Goiânia: CPT Nacional, 2024, p. 105-118.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Geograficidade do Social: uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. In: SEOANE, Jose. *Movimientos sociales y conflicto en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2004.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A reinvenção dos territórios; a experiência latino-americana e caribenha. In: CECEÑA, Ana Esther (org). *Os desafios das emancipações em um contexto militarizado*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A dimensão geopolítica da crise brasileira: uma perspectiva desde os grupos sociais em situação de subalternização. *Geographia*, Ano 18, n. 37, 2016.
- RAMOS, Tatiana Tramontani. *A geografia dos conflitos sociais da América Latina e Caribe*. Informe final del concurso: Movimientos sociales y nuevos conflictos en América Latina y el Caribe. Programa Regional de Becas CLACSO. 2003.
- RUBIO, Blanca. Resurge la renta de la tierra? La revalorización de los bienes agropecuarios y su impacto en América Latina. *Revista ALASRU*, n. 10, out. 2014.
- SASSEN, Saskia. Land Grabs Today: Feeding the disassembling of National Territory. *Globalizations*, v. 10, n. 1, p. 25-46, 2013.

SVAMPA, Maristela. “Consenso de los commodities” y linguagens de valorização em América Latina. *Revista Nueva Sociedad*, n. 244, 2013.

Sobre as autoras e os autores

Paulo Alentejano

Professor Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da UERJ (DGeoFFP/UERJ) e dos Programas de Pós-Graduação em Geografia da FFP/UERJ e em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe da Unesp, em parceria com a Escola Nacional Florestan Fernandes - ENFF. Coordenador do Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Geografia Agrária (GeoAgrária). Integrante do Grupo de Trabalho de Assuntos Agrários da Associação dos Geógrafos Brasileiros das Seções Rio e Niterói (GTAgro/AGB) e da Diretoria da AGB-Rio.

Contribuição de autoria: Conceituação; Análise Formal; Metodologia; Escrita – primeira redação, revisão e edição.

Lucas Siqueira

Graduando em Licenciatura em Geografia pela Faculdade de Formação de Professores do Estado do Rio de Janeiro (UERJ/FFP). Bolsista de Extensão do Projeto Bibliotecas Populares nos Assentamentos Rurais do Rio de Janeiro. Integrante do Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Geografia Agrária (GeoAgrária) da Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo (FFP-UERJ). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Agrária.

Contribuição de autoria: Investigação; Escrita – primeira redação.

Roberta Lines

Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP-UERJ), professora do ensino básico da Rede Pública de Maricá-RJ e integrante do Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Geografia Agrária (GeoAgrária) da Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo (FFP-UERJ).

Contribuição de autoria: Investigação; Escrita – primeira redação, revisão e edição.

Emilly Fegalo Pires Matos

Graduanda na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista do Projeto de Estágio Interno Complementar Educação do Campo. Integrante do Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Geografia Agrária (GeoAgrária) da Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo (FFP-UERJ).

Contribuição de autoria: Investigação; Escrita – primeira redação

Nota

Este artigo faz parte de um projeto de pesquisa maior, desenvolvido pelo Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Geografia Agrária –

GeoAgrária/FFP/UERJ em parceria com o Laboratório de Estudos sobre Movimentos Sociais e Territorialidades – Lemto/UFF e a Comissão Pastoral da Terra – CPT: o Atlas dos Conflitos no Campo Brasileiro. Os trabalhos se iniciaram em 2023 e culminarão em 2025, por ocasião da comemoração dos 50 anos da CPT, com a publicação do Atlas. Agradecemos a CPT a disponibilização dos dados.